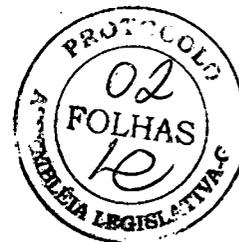




**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Gabinete da Presidência



Ofício GABPRES – PROAD nº 201903000159116

Goiânia, 29 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual Lissauer Vieira  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
Goiânia-GO

Senhor Presidente,

Com vistas à deflagração do processo legislativo que dispõe sobre a inclusão de um membro da Magistratura, a ser indicado pela Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, para compor o Conselho Setorial de Política Salarial, instituído pelo Decreto Judiciário nº 720/19, encaminho à apreciação de Vossa Excelência cópia da Minuta do Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, Extrato da Ata de Julgamento do Órgão Especial (evento 32), documentos esses extraídos dos autos do PROAD nº 201903000159116.

Atenciosamente,

**WALTER CARLOS LEMES**  
Presidente

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264085001599 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

WALTER CARLOS LEMES

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Gabinete da Presidência



**PROCESSO : 201903000159116**  
**NOME : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE GOIÁS**  
**ASSUNTO : Recurso Administrativo**

DESPACHO – A Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO solicitou alteração do Decreto Judiciário nº 720/19, tendo em vista não ter sido incluída no rol dos integrantes do Conselho de Política Salarial (evento 1).

Submetida a matéria ao Órgão Especial, o colegiado, à unanimidade de votos, aprovou a minuta de Projeto de Lei em questão (evento 30), conforme extrato de ata constante no evento 32.

Deliberada a matéria pelo Colegiado competente, **determino que se prepare o expediente necessário ao encaminhamento da questão ao órgão legislativo competente**, como etapa preliminar à deflagração do processo legislativo.

Sobrestem-se, após, na Secretaria-Executiva, no aguardo do desfecho das medidas junto aos Poderes competentes.

Goiânia, 29 de outubro de 2019.

**WALTER CARLOS LEMES**

Presidente

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264084350917 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

WALTER CARLOS LEMES

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Órgão Especial

# **MINUTA**

**PROJETO DE LEI Nº , DE DE DE 2019.**

Acrescenta o inciso VI, ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,**  
nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663,  
de 14 de junho de 2012:

**“Art. 32**

**(...)**

**VI - um representante da magistratura do Estado de Goiás,  
cuja escolha se dará pela Associação dos Magistrados do Estado de Goiás.**

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS,** em Goiânia,  
aos dias do mês de do ano de 2019 (dois mil e dezenove).

**Governador do Estado de Goiás**

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264085534923 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

WALTER CARLOS LEMES

PRESIDENTE

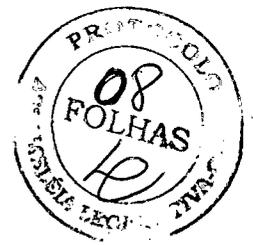
PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO**  
**Sessão Ordinária – 09/10/2019**

Nº 0

**PROAD Nº 201903000159116**

Nome : **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE GOIÁS**

Assunto : Minuta de Projeto de Lei

**DECISÃO:** O Órgão Especial, à unanimidade de votos, aprovou a minuta de Projeto de Lei, apresentada no evento 30.

Goiânia, 09 de outubro de 2019.

**Sabrina Oliveira S. Mesquita**  
Secretária do Órgão Especial

## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 259070706888 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

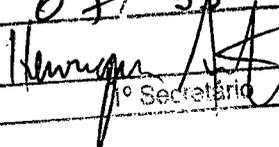
**SABRINA OLIVEIRA SILVA MESQUITA**

ANALISTA JUDICIÁRIO

SECRETARIA DO PLENARIO E DO ÓRGÃO ESPECIAL

Assinatura CONFIRMADA em 10/10/2019 às 15:40

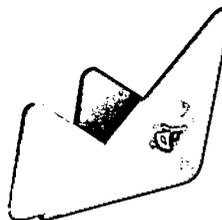


A PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.  
Em 07/ 30 12059  
  
1º Secretário

PROCESSO LEGISLATIVO  
**2019006691**



Autuação: 05/11/2019  
Nº Ofício: 201903000159116  
Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
Autor: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
Tipo: PROJETO  
Subtipo: LEI ORDINÁRIA  
Assunto: ACRESCENTA O INCISO VI, AO ART. 32 DA LEI ESTADUAL Nº  
17.663, DE 14 DE JUNHO DE 2012.



**ALEGO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE GOIÁS  
A CASA É SUA



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Gabinete da Presidência



Ofício GABPRES – PROAD nº 201903000159116

Goiânia, 29 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual Lissauer Vieira  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
Goiânia-GO

Senhor Presidente,

Com vistas à deflagração do processo legislativo que dispõe sobre a inclusão de um membro da Magistratura, a ser indicado pela Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, para compor o Conselho Setorial de Política Salarial, instituído pelo Decreto Judiciário nº 720/19, encaminho à apreciação de Vossa Excelência cópia da Minuta do Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012, Extrato da Ata de Julgamento do Órgão Especial (evento 32), documentos esses extraídos dos autos do PROAD nº 201903000159116.

Atenciosamente,

**WALTER CARLOS LEMES**  
Presidente

# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264085001599 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

**WALTER CARLOS LEMES**

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Gabinete da Presidência



**PROCESSO : 201903000159116**  
**NOME : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE GOIÁS**  
**ASSUNTO : Recurso Administrativo**

DESPACHO – A Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO solicitou alteração do Decreto Judiciário nº 720/19, tendo em vista não ter sido incluída no rol dos integrantes do Conselho de Política Salarial (evento 1).

Submetida a matéria ao Órgão Especial, o colegiado, à unanimidade de votos, aprovou a minuta de Projeto de Lei em questão (evento 30), conforme extrato de ata constante no evento 32.

Deliberada a matéria pelo Colegiado competente, **determino que se prepare o expediente necessário ao encaminhamento da questão ao órgão legislativo competente**, como etapa preliminar à deflagração do processo legislativo.

Sobrestem-se, após, na Secretaria-Executiva, no aguardo do desfecho das medidas junto aos Poderes competentes.

Goiânia, 29 de outubro de 2019.

**WALTER CARLOS LEMES**  
Presidente

# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264084350917 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

**WALTER CARLOS LEMES**

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Órgão Especial

# **MINUTA**

**PROJETO DE LEI Nº , DE DE DE 2019.**

Acrescenta o inciso VI, ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,**  
nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663,  
de 14 de junho de 2012:

**“Art. 32**

**(...)**

**VI - um representante da magistratura do Estado de Goiás,  
cuja escolha se dará pela Associação dos Magistrados do Estado de Goiás.**

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS,** em Goiânia,  
aos            dias do mês de            do ano de 2019 (dois mil e dezenove).

**Governador do Estado de Goiás**

# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 264085534923 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

**WALTER CARLOS LEMES**

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 01/11/2019 às 14:46





**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO**  
**Sessão Ordinária – 09/10/2019**

Nº 0

**PROAD Nº 201903000159116**

Nome : **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE GOIÁS**

Assunto : Minuta de Projeto de Lei

**DECISÃO:** O Órgão Especial, à unanimidade de votos, aprovou a minuta de Projeto de Lei, apresentada no evento 30.

Goiânia, 09 de outubro de 2019.

**Sabrina Oliveira S. Mesquita**  
Secretária do Órgão Especial

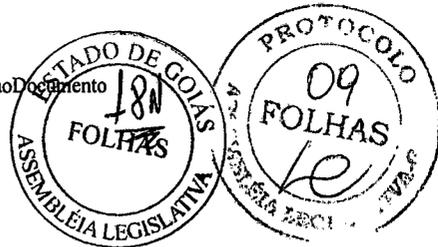
ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 259070706888 no endereço <https://proad.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201903000159116

SABRINA OLIVEIRA SILVA MESQUITA  
ANALISTA JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DO PLENÁRIO E DO ÓRGÃO ESPECIAL  
Assinatura CONFIRMADA em 10/10/2019 às 15:40



À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.  
Em 07/08 /2059  
Henrique A. S.  
º Secretário



**COMISSÃO MISTA**

Ao Sr. Dep. \_\_\_\_\_

*Alvaro Guimarães*

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 07/11 / 2019.

*[Handwritten signature]*

Presidente: \_\_\_\_\_



PROCESSO N.º : 2019006691  
INTERESSADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
ASSUNTO : Acrescenta o inciso VI, ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663,  
de 14 de junho de 2012.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), que acrescenta o inciso VI, ao art. 32 da Lei Estadual nº 17.663, de 14 de junho de 2012.

Em primeiro lugar, entende-se que a matéria constante do incluso projeto de lei insere-se no âmbito da competência estadual, sendo de iniciativa legislativa privativa do Poder Judiciário, uma vez que trata da organização administrativa e interna relativamente ao próprio Tribunal, conforme previsto no art. 96, II, "b" e "d", da Constituição Federal (CRFB), bem como nos arts. 10, VIII, e 46, III e IV, "b" e "e", da Constituição Estadual (CE/GO):

### **CRFB**

#### **Art. 96. Compete privativamente:**

(...)

*II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos **Tribunais de Justiça** propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:*

(...)

*b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*

(...)

*d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;*

### **CE/GO**



**Art. 10. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, ressalvadas as especificadas no art. 11, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, e especialmente sobre:**

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

(...)

**VIII - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Procuradoria-Geral de Contas, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Contas dos Municípios, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos da administração pública;**

(...).

**Art. 46 Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:**

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 28-12-2004, D.O. de 03-02-2005.

(...)

**III - organizar sua secretaria e seus serviços auxiliares e os dos juízos que lhe são subordinados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;**

(...) (grifou-se)

No presente caso, a propositura em pauta observa as sobreditas regras constitucionais e legais, razão pela qual não há impedimento para sua aprovação.

Assim, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** do projeto de lei em pauta e, no mérito, por sua **aprovação**. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de novembro de 2019.

DEPUTADO

RELATOR



**COMISSÃO MISTA**

Com VISTA ao Sr. (s) Deputado(as) Del. Humberto Ceófilo;

PELO PRAZO REGIMENTAL.

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 13/11 /2019.

Vinicius Ciqueira  
Dalles Barreto

Presidente: